



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2020, pelas 20h30, no Salão Nobre, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por Margarida Reis Soares e por João António Rodrigues Marques, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')**
- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')**
- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')**
- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES (20')**
- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

Ponto Um (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Dois (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório sobre o estado de ordenamento do território (REOT) da Póvoa de Lanhoso.

Ponto Três (15`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento público estratégico da edificação de um equipamento social destinado a estabelecimento residencial para pessoas idosas, ERPI, centro de dia e Serviços de Apoio Domiciliário — SAD, na freguesia de Geraz do Minho — Póvoa de Lanhoso.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal para integração em domínio público de área doada, sita em Galegos nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para desafetação do domínio público para o domínio privativo de área cedida no âmbito de uma operação de loteamento (8/96), nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; José Albino Machado da Silva; Joaquim Ribeiro Antunes; Fátima Elizabeth Campos Alves; Diogo Amaral de Sousa; Augusto de Jesus Oliveira Lopes de Freitas; e José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Graciano Filipe Direito Fernandes; Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso da Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; Clarisse Cardoso de Matos; Susana Patrícia Barbosa Morais; e António Luís Gomes de Carvalho.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Galegos; Geraz do Minho; União de Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo; e União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: Pedro Alexandre Oliveira do Vale; Pedro Alexandre Dias Afonso; e Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Esteve representada a Junta de Freguesia eleita como independente: Covelas.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; André Miguel Lopes Rodrigues; e João Pedro Rodrigues Barroso; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; António Joaquim Barros da Silva; e Manuel José Costa de Carvalho e Sousa.

O Presidente da Mesa, João Duque, cumprimentou os membros presentes na sessão. Colocou a votação a ata da sessão ordinária realizada no dia 06 de dezembro de 2019. Informou que a ata foi aprovada por unanimidade. Concedeu a palavra à secretária para leitura da correspondência.

A secretária, Margarita Soares, procedeu à leitura da correspondência recebida.

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que a correspondência estava disponível para consulta. Informou sobre a distribuição dos tempos. Deu início ao período antes da ordem do dia. Abriu as inscrições para aquele período. Concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Vale, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como é do conhecimento geral, o Município vai alargar as zonas de estacionamento de duração limitada, no centro da Vila. Passo a citar, então, uma publicação do Município no Facebook: “Esta proposta, já aprovada em sede de reunião de câmara, tem em consideração as dinâmicas de estacionamento e de acessibilidade nas artérias na malha urbana da Vila, que resultam na intensificação da procura de estacionamentos junto das áreas comerciais para satisfação das necessidades da população.”

Ora então, traduzindo, o que é que quererá isto dizer? Será qualquer coisa como: A Avenida dos Bombeiros Voluntários está caótica durante a maior parte do dia por causa do estacionamento de segunda fila, devido à falta de lugares que a intervenção de requalificação retirou, ou no caso da Avenida 25 de Abril, entendemos que, mais importante do que realizar a correta marcação das vias de estacionamento, o problema se resolve com a colocação de parquímetros. Será isto? As perguntas que se colocam são as seguintes: Foram consultados os comerciantes? E se sim, onde se efectuou essa consulta? A Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, a GNR, estão todos de acordo, então, portanto, passamos a deduzir isso. Era importante saber estas opiniões, porque depois pode acontecer como aconteceu na Rua D. Elvira Câmara Lopes, como o Sr. Presidente se deve recordar. Anunciou a sua passagem a espaço pedonal, e afinal mudou de opinião quando a obra já estava terminada, e voltou a ser o que era, para pior: andar em veículos em cima do basalto não é o mesmo que andar em cima do paralelo. E, por outro lado, perguntamos também: quem fiscalizará o estacionamento? Quanto custará a prestação desse serviço? Será apenas a GNR ou também a Câmara Municipal? Como e com quem? Mais, a julgar pelas tarifas praticadas na Avenida da República, será que 0,20€/hora vão criar novas dinâmicas? Ou vai passar a 1 euro/hora em breve? Outra questão: O próximo alargamento é para onde? Rua Maria da Fonte, Rua da Misericórdia? Rua Neuves Maisons?

Senhor Presidente, Senhor Vereador do Trânsito e Senhores Vereadores que aprovaram estas medidas: receamos profundamente que estas decisões não venham a ter o impacto positivo que pretendem; ao invés, que venham a acrescer ao somatório de medidas negativas que tenham sido produzidas para o trânsito na Sede do Concelho, nos últimos anos. Se forem necessários exemplos, a diminuição dos lugares de estacionamentos com a passagem de estacionamento perpendicular para em espinha, o aumento de passeios em locais desnecessários, a redução de faixas de rodagem, entre muitas outras. Esperemos então que esta medida não venha trazer problemas aos comerciantes, aos munícipes e a quem nos visita, bem como a toda a gente que circula na Vila. É só.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Neste período que antecede a ordem de trabalhos, gostaríamos de expor alguns assuntos que nos parecem pertinentes e colocar algumas questões sobre os mesmos ao Sr. Presidente de Câmara. Ao longo deste mandato, seja nesta assembleia, seja através dos Senhores Vereadores, nomeadamente em reunião de câmara, o PS tem demonstrado uma atitude positiva e que pretende ser de colaboração, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos povoenses. Ao contrário do que muitas vezes somos acusados, temos sido uma oposição consciente, que não deixa de vincar a sua posição quando acha que não caminhamos no sentido certo, mas também uma oposição que sabe reconhecer os méritos da Câmara Municipal, como já aqui o fizemos no passado recente. Hoje trazemos aqui um assunto relacionado com um dos espaços mais bonitos e mais harmoniosos da nossa Vila. Falo do Parque do Pontido que é, reconhecidamente e cada vez, mais um espaço de referência, não só para os povoenses, mas também para quem nos visita. A terceira fase do referido Parque veio definitivamente transformar o coração da Vila num dos locais mais procurados pelas famílias povoenses. Sendo este um local onde se verifica, principalmente ao fim de semana, uma grande afluência de pessoas, normalmente casais com os seus filhos – e com sentido construtivo, afirmando o mérito da obra – este espaço carece, no nosso entender, de umas instalações sanitárias de apoio à 3.ª Fase do Pontido. Perguntava ao Sr. Presidente, se o executivo alguma vez ponderou esta situação ou não, e se sim, o que pensam fazer para colmatar esta necessidade? Mantendo-me ainda no Pontido, mas agora na 1ª Fase, mais propriamente na zona do Parque Radical, constatamos dois problemas que merecem a melhor atenção por parte do executivo. Por um lado, o estado dos equipamentos, e envolvente; passando na estrada, facilmente percebemos que quer os equipamentos para a prática desportiva ou as estátuas que lá se encontram, ou até mesmo os muros, estão cheios de pinturas que, do ponto de vista estético, nada contribuem para embelezar o espaço, muito pelo contrário, passam uma ideia de degradação e alguma falta de cuidado.

O segundo ponto tem a ver com a passagem pedonal por baixo da ponte, da 1ª para a 2ª Fase. Este é um local, principalmente à noite, com pouquíssima luminosidade e sabemos que é procurado por muitos dos nossos jovens, nem sempre pelas melhores razões e para as melhores práticas. Sendo aquela zona, uma vez que está próxima do Parque de Caravanismo, muito frequentada por turistas, certamente não será a imagem que queremos passar da nossa Vila. Nesse sentido, questionamos o Sr. Presidente de Câmara se compartilha ou não desta opinião, e se tem pensado alguma coisa para aquele local, tendo em consideração estes dois problemas.

Uma outra questão que gostávamos de colocar ao Sr. Presidente, pretende-se com o facto de, após a saída do Dr. Bruno Fernandes do cargo de chefe de gabinete – já lá vão penso que mais de seis meses – ainda não existir um substituto para o cargo deixado. Tendo este cargo estado ocupado pelos três mandatos consecutivos do executivo PSD e nos primeiros dois anos do seu mandato, estamos em crer que era uma função

importante e necessária e só assim faz sentido o município ter suportado 14 anos de salário. Neste sentido, pergunto-lhe, Sr. Presidente, se podemos esperar alguma novidade num futuro próximo, até porque o Sr. Presidente já abordou o assunto muito ao de leve; portanto, no fundo, saber se efectivamente deixou de ser necessário, se era assim tão necessário no passado e deixou de ser necessário, quais as razões que o levaram a abdicar desta figura?

Por último, pegando num tema que foi lançado aquando da discussão do último plano e orçamento, questionar o Sr. Presidente sobre os passos que foram dados até este momento, tendo em vista a circular urbana. Todos temos a consciência de que esta será uma obra de grande envergadura e necessariamente necessitará de tempo para a sua execução; estamos em crer que esta não será apenas uma intenção daquelas que nunca sairá do papel e portanto, as questões que lhe colocamos são: Por um lado, o que é que foi feito até agora? Por outro lado, o que é que podemos esperar para estes dois anos de mandato que lhe restam, tendo em vista esta obra?

Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Para responder ao Sr. Pedro Vale, em relação aos parquímetros: nós não iríamos colocar os parquímetros sem falar com as pessoas que fazem parte deste processo. Tivemos uma reunião, nesta sala, com cerca de 40 comerciantes, os quais nos pediram exaustivamente que tomássemos medidas para resolver o problema, que é há coisa de ano e meio permanece complicado na nossa Vila. É um bom sinal quando isto acontece. Há um ano e meio atrás, a Vila, fora do mês de dezembro e o mês de agosto, era um deserto. Felizmente transformou-se num curto espaço de tempo. Temos quase agosto todos os dias. É bom porque é sinal de que a economia está a crescer, e por isso mesmo, temos tomado medidas. Medidas que foram negociadas ou apresentadas aos comerciantes, à GNR e a todas as entidades que envolvem este processo. O que nos pediram foi que se fizesse algo, pelo menos na Rua 25 de Abril e na Rua dos Bombeiros Voluntários. Fizemos diligências em várias situações, inclusive com a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, para que o Parque que existe nessa Valência fizesse um preço compatível para que a Rua dos Bombeiros Voluntários estacionasse nesse Parque. Negociamos com a Santa Casa, propusemos aos comerciantes e tem um preço igual ao dos funcionários. Estamos a ter em conta a pretensão das pessoas e, por isso mesmo, penso que os parquímetros estão a funcionar na Avenida da República e estão a funcionar na Praça Armando Rodrigues a 0,20€/hora, estão a funcionar em pleno. Posso-vos dizer que a maior parte deste estacionamento que tem parquímetros está quase

todos os dias com lugares, inclusive no Centro da Vila. Isto é sinal de que as pessoas estão a ocupar outros lugares, mais longe do Centro da Vila, e que temos ali na Feira, quase no Centro, 700 lugares para estacionar. Não há motivo para que as pessoas estacionem nestes locais, porque tem ali, a meia dúzia de metros, um local que, ao fim ao cabo, possui perto de 700 lugares para estacionamento.

Quanto à fiscalização, fizemos um pedido à GNR para colaborar com a Câmara Municipal, em detrimento de por polícia municipal. Acederam ao nosso propósito e fizemos um acordo com a GNR para fiscalizar os parquímetros. Estão a ser fiscalizados há coisa de mês e meio e está a resultar em pleno essa fiscalização. Em relação à Rua D. Elvira Câmara Lopes, ao contrário do que diz, os comerciantes, todos eles vieram à Câmara Municipal pedir para fazer o contrário, porque estava na candidatura. Falamos com a CCDR que aceitou a esse pedido e, perante esse pedido, aquela Rua teria que permanecer com o cubo que lá existia. Portanto, está tudo em sintonia com a Câmara Municipal e com os comerciantes da Póvoa de Lanhoso.

Parque do Pontido, Sr. Filipe Silva, uma zona agradável, uma zona de excelência na Póvoa de Lanhoso; todos os dias temos problemas nesse Parque, por causa do vandalismo. É uma zona que fica um pouco escondida e todos os fins-de-semana temos vandalismo naquela zona. Temos estado atentos a esta situação e, relativamente ao que referiu debaixo da Ponte, pusemos uma grade para proteger as lâmpadas e, mesmo assim, essas lâmpadas não permaneceram porque foram vandalizadas quase todos os dias. Temos as estátuas que estão com pinturas. Já limpamos 3 ou 4 vezes essas estátuas e dificilmente a gente vai manter aquilo limpo, porque é difícil com o vandalismo que nesta zona permanece.

Quartos de banho. Temos nessa zona 2 quartos de banho, 1 no Espaço Jovem, que está sempre aberto, e temos outro perto da rotunda das freguesias, e temos outro na feira, que estão sempre abertos. Pelo menos à quinta-feira estão abertos. Acho que, com uns quartos de banho ali tão centrais, fazer outros mais à frente, acho que não se justifica, mas fica o alerta para essa situação.

Circular à Vila. É um sonho. É um sonho que de certeza se vai realizar. Tivemos uma reunião quarta-feira com o arquitecto ou com 2 arquitectos que vão começar a fazer algo para, quando tivermos oportunidade, apresentar aqui o traçado dessa circular. É um sonho que está a nascer. É um sonho que vai ser realizado em tempo útil. A Câmara, só por si, não tem verbas suficientes para fazer essa obra. Espero bem que os fundos comunitários tragam algo para essa vertente e, se vier algo para essa vertente, de certeza que em tempo útil vamos ter essa circular, que é muito necessária para a Póvoa de Lanhoso.

Chefe de gabinete. Nós, neste momento e em relação ao chefe de gabinete, temos pessoas no gabinete, nos nossos gabinetes, que estão a fazer o trabalho que fazia o chefe de gabinete. Portanto, enquanto isso acontecer e não virmos necessidade para tal, vai permanecer assim.

Eu penso que respondi a tudo, pelo menos aquilo que aponte. Obrigado a todos. Boa noite.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Vale.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Vale e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, ainda em relação a esta questão dos parquímetros. Nós já entendemos que os parquímetros foram colocados e que estão a ser fiscalizados. O que eu tinha perguntado era, relativamente à fiscalização, quanto é que custa essa fiscalização à Câmara Municipal? E relativamente ainda à Avenida 25 de Abril, se a marcação vai ser efectuada com vista a ganhar mais lugares, ao invés do que tem sido na marcação em espinha, que retira um pouco mais de espaço ao estacionamento dos munícipes. É só. E ainda, em relação à palavra “todos os comerciantes”, é um bocado pesado porque eu sou comerciante naquela zona e, como eu, alguns ainda não foram consultados. Com licença.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à questão do Pontido e dos atos de vandalismo, nós sabemos que eles acontecem, mas aquilo que propunha, na minha primeira intervenção, era precisamente que se procurasse uma estratégia para promover alguma alteração, por forma a afastar ou inibir essas pessoas que promovem esses tais atos de vandalismo. Só dizer que são feitos atos de vandalismo e que dificilmente vamos conseguir mudar é aceitar que nada vamos fazer. Não é?”

Relativamente à circular, eu não percebi muito bem quais foram os passos que foram dados até agora. Pedia que esclarecesse esta Assembleia, quais foram os passos dados até agora? O que podemos esperar até ao final do seu mandato? E também, pelo que percebi, é que se efetivamente não houver nenhuma verba que seja atribuída por fundos comunitários ela passará a deixar de ser uma realidade e será efetivamente apenas um sonho.

Relativamente ao chefe de gabinete, o que retiro da sua resposta é que, durante 14 anos, tivemos uma pessoa a servir a Câmara Municipal que era desnecessário ter. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Pedro Vale, eu disse a todos os comerciantes que pediram a reunião à Câmara Municipal. Todos os comerciantes que pediram uma reunião à Câmara Municipal foram atendidos nesta sala, e foram perto de 40; e eles, os comerciantes, pediram determinadas situações para que o trânsito na Póvoa de Lanhoso se fizesse e pudesse estacionar em zonas como a 25 de Abril e dos Bombeiros Voluntários. Por isso mesmo, eu estou a dizer, todos os comerciantes que vieram pedir uma audiência à Câmara Municipal.

A questão da fiscalização: como disse, é a GNR, sendo o proveito dessa situação todo para a GNR, tendo a Câmara Municipal custo zero. Isto é, fizemos um acordo com a GNR e, perante a lei, eles estão a fazer a fiscalização.

Em relação ao Sr. Filipe Silva, o que eu quis dizer é que estamos a fazer um levantamento do traçado da circular à Vila. É isso. É o primeiro passo que estamos a fazer, é o levantamento do traçado, e logo que tenhamos esse levantamento, de certeza que vamos tentar fazer mais algo, para que isto aconteça e que seja uma realidade na Póvoa de Lanhoso.

E com respeito à fiscalização do Parque do Pontido, a GNR tem feito permanentemente essa fiscalização, mas não pode estar lá a todos os momentos e a toda a hora. É como tudo. Se formos à Portela, vemos o que acontece lá, se formos a outros locais, vemos o que é que acontece lá; a GNR não pode estar em todos os lados e eles tem feito essa fiscalização, mas, mesmo assim, não é fácil resolver este problema, não só nesses locais, mas há outros locais que são vandalizados, e mais ao fim de semana. Ao fim de semana acontecem situações de sinais que são derrubados, de papeleiras que são partidas, vidros partidos; portanto, isto é muito complicado, mesmo que a GNR permaneça na Vila, constantemente, é isso que estão a fazer. Dificilmente se resolve isto; se não houver civismo, as pessoas vão continuar a vandalizar. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, a circular é um sonho que tem décadas. Não é de agora. Mas já há um estudo com o traçado da circular. O que é que lhe fizeram? Porque é que vamos gastar dinheiro noutra estudo?”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Clarisse Matos.

Interveio a deputada do GP do PS, Clárisse Matos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria de lhe perguntar... – eu por acaso moro na Av.^a dos Bombeiros Voluntários, sei muito bem quais são as complicações que a Rua tem. Vou-lhe dizer: venho todos os dias de Braga e apanho trânsito acima do LIDL. Agora pergunto-lhe: a nível de moradores, qual é o seu ponto de vista em relação ao estacionamento? O que é que os moradores vão fazer? Tem que estacionar no Pontido, para depois levar as compras para casa? É porque os comerciantes são ouvidos, mas quem mora lá não é importante? Agradecia que me respondesse depois a esta questão.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Senhora deputada, claro que existe um traçado. Mas se realmente o traçado que a gente quer fazer é um traçado que permite, em meia dúzia de anos, resolver esta situação; se fossemos executar esse traçado que existe, que vai, do Pinheiro até ao Pingo Doce, é um projecto que de certeza nem daqui a 20 anos seria feito. E posso-lhe dizer uma coisa, esse traçado nem está vertido no PDM. A primeira coisa que temos de fazer é um traçado e vertê-lo no PDM. A partir desse momento, é que podemos começar a obra. Portanto, esse traçado pode existir, mas não está vertido no PDM; é a mesma coisa que não ter nada. Pode haver o traçado, mas se não está vertido no PDM, existe em papel, mas é a mesma coisa que não ter nada.

Em relação à senhora deputada Clárisse Matos, os parquímetros funcionam desde as 9h00 da manhã às 19h00 da tarde; e ao fim de semana é gratuito. E a maior parte dos moradores, penso eu, tem garagem. Perante esta situação, eu não sei o que quer que lhe diga.”

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que não havia inscrições para o período de intervenção dos presidentes de junta (PIPJ), nem para o período de intervenção do público (PIP). Concedeu a palavra a dois membros da Assembleia Municipal, que pretendiam fazer um convite.

Interveio o deputado António Carvalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Informamos que estamos aqui não como deputados municipais, mas como ex-combatentes. E nessa qualidade vamos fazer-vos um convite que tem a seguinte justificação:

Em 2012, alguém, ex-combatente, se lembrou de organizar um almoço convívio dos ex-combatentes nascidos e/ou residentes no Concelho. Nesse almoço ficou acordado que passaria a haver um encontro anual em cada freguesia, onde se verificasse a existência

de mortes em combate na guerra de 1961/75, em África. Assim, no respectivo cemitério e antes do almoço-convívio, numa cerimónia simples, a sua memória podia ser avivada. No convívio de março de 2017, surgiu-nos a ideia de prestar uma homenagem em conjunto aos 24 mortos em combate nascidos no Concelho. A ideia tomou forma quando, no convívio do ano seguinte, fomos surpreendidos pelo magnífico memorial que a Freguesia de Esperança, onde se realizou o convívio de 2017, dedicou aos três mortos em combate naturais dessa freguesia. Amadurecendo tal ideia, colocámos ao actual Presidente da Câmara, em janeiro de 2018, portanto no início do seu mandato, a possibilidade de ser erigido um memorial na sede de Concelho, o qual, para além da justa homenagem a 24 heróis, tornasse este Concelho uma referência na transmissão histórica aos vindouros que, no século XX, houve uma guerra em África, na qual morreram cerca de 10 mil portugueses. Mostrando-se recetivo à ideia, o Sr. Presidente da Câmara deu-nos o aval para que iniciássemos as diligências necessárias à respectiva efectivação. Assim fizemos, e da nossa parte está tudo organizado para que tal possa acontecer no próximo convívio, em 28 de março.

Gostaríamos de contar com a presença de todas as senhoras e senhores deputados municipais, incluindo os presidentes de junta que são também deputados municipais, nessa cerimónia que terá lugar às 11h00, no Pontido, a acompanhar o Sr. Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores, aos quais já fizemos igual convite. Será também com muito prazer que registaremos a vossa presença nas restantes cerimónias, incluindo almoço-convívio que terá, naturalmente, de ser pago, como acontece connosco, organizadores, uma vez que a única fonte de rendimento que temos para esse efeito é a bolsa de cada um de nós.”

Interveio o deputado António Machado, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“No prosseguimento da declaração que o Sr. Ex-Capitão Carvalho fez, nós decidimos fazer o convite a todas as senhoras e senhores presidentes de junta das freguesias, onde nasceram combatentes, cujo nome consta do memorial, ou vai constar. Solicitamos que tentem contactar familiares desses mortos em combate, para que no dia da inauguração estejam presentes e tragam uma simples flor, de preferência de cor branca, para depositar no memorial quando o nome do seu falecido familiar for recitado. Para esse efeito, será hoje entregue uma relação a cada um dos presidentes de junta, para tentarem contactar esses familiares. No caso de não ser possível a presença de familiares, solicitamos aos autarcas das freguesias que os substituam, sendo portadores das flores e procedendo então à deposição, quando o nome do falecido for recitado. Muito obrigado. Depois entregaremos a cada presidente de junta correspondente os nomes, para tentarem contactar os familiares. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, deu início ao ponto seguinte para apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes. Concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Responsabilidade Social, bem como representante da Assembleia na CPCJ, para apresentar os dois relatórios.

Interveio o deputado António Machado, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como o Sr. Presidente da Assembleia citou, a mim cumpre-me apresentar nesta Assembleia o relatório de actividade do ano 2019 de duas associações. E vou começar pela CPCJ.

No âmbito da intervenção da CPCJ da Póvoa de Lanhoso em 2019, foram trabalhados, isto é, abertos, reabertos e transitados 149 processos, tendo sido arquivados, no decorrer deste período, 79 processos, abertos 78, reabertos 24, e tendo transitado, do ano transacto de 2018, 47 processos. Comparativamente ao ano anterior, registou-se um acréscimo significativo no número de processos trabalhados. No âmbito das entidades sinalizadoras referentes aos processos abertos e reabertos, 20 processos derivaram de sinalização anónima, 41 processos que foram consequentes da sinalização remetida pelas autoridades policiais, do DIAP de Braga; da GNR, são 17. Foram sinalizados e endereçados pelos estabelecimentos de ensino mais 6 processos, que resultaram da sinalização por parte da própria Comissão e/ou outras CPCJ's; 7 processos derivaram ainda da sinalização apresentada por familiares; mais 3 processos, que foram sinalizados pelo Município da Póvoa de Lanhoso; 1 processo, que resultou da sinalização por parte do Ministério Público, 3 processos foram sinalizados pelos estabelecimentos de saúde e mais 3 outros provenientes de informação veiculada por instituições particulares de solidariedade social. Relativamente às problemáticas que sinalizadas, 10, 10 processo foram sinalizados pelo absentismo escolar, abandono escolar neste caso, 34 processos foram por exposição de crianças e jovens a comportamentos que afectam o seu bem-estar e a desobediência dos quais 31 por exposição a contexto de violência doméstica, 18 processos por isso a assunção por parte de crianças e jovens de comportamentos que afectam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais ponham de forma adequada e mais 2 processos por mau trato físico, 12 por mau trato psicológico ou indiferença afectiva, 24 por negligência, 12 dos quais por falta de supervisão e acompanhamento familiar, e 2 por outras situações em perigo.

Quanto à caracterização, por idades, não se verificaram disparidades significativas entre as diferentes faixas etárias, sendo que se apurou a seguinte situação: entre os 5 anos com 21, entre os 6 a 10, com 33, entre os 11 a 14, com 22, seguindo-se 26 processos entre os 15 e os 18 anos.

Relativamente à caracterização por freguesias, registou-se a seguinte distribuição: Nossa Senhora do Amparo, 38 processos, Serzedelo, 3 processos, Campo, 1 processo, Fontarcada, 5 processos, Taíde, 6 processos, Calvos, 1 processo, Lanhoso, 1 processo,

Rendufinho, 9 processos, Covelas, 2 processos, Santo Emilião, 4 processos, Brunhais, 3 processos, Geraz do Minho, 5 processos, Vilela, 1 processo, Sobradelo da Goma, 5 processos, Ajude, 2 processos, Verim, 3 processos, Águas Santas, 1 processo, Moure, 2 processos, Friande, 2 processos e Galegos, 2 processos.

Quanto aos motivos que sustentaram o arquivamento dos 79 processos, regista-se que 9 processos foram remetidos ao Tribunal de Familiares e Menores de Braga, considerando que, nesse universo, em 6 processos manifestou-se o incumprimento reiterado do acordo da promoção e protecção, havendo também um processo arquivado pelo facto de já não estar a decorrer processo no Tribunal de Família e Menores. E um outro processo da comunicação de sinalização ao mesmo Tribunal de Família e Menores, havendo ainda a registar 1 processo em que não houve subscrição de acordo de promoção e protecção, no âmbito da aplicação da medida pretendida. Paralelamente foram arquivados mais 10 processos porque a situação de perigo não se verificou, 38 processos porque a situação de perigo deixou de subsistir, e 11 processos porque os jovens atingiram a maioridade e não desejaram a continuidade de acompanhamento, com 5 processos porque se fez de 18 meses de acompanhamento, não havendo motivos que justificassem a sua continuidade, e 1 processo foi arquivado, considerado ausência do território nacional, e 4 processos transferidos para a CPCJ, devido à mudança de residência do agregado familiar.

Este é o Relatório da CPCJ da Póvoa de Lanhoso.

No que diz respeito à Comissão Permanente de Responsabilidade Social, vou passar a expor um pequeno Relatório daquilo que foi executado.

A Comissão Permanente de Responsabilidade Social, dando cumprimento àquilo que se propôs na reunião de abril de 2019, efetuou duas visitas, no mês de julho, às seguintes instituições: ASSIS, em Lanhoso, e Casa de Trabalho, em Fontarcada. Serão agendadas outras visitas às restantes IPSS's.

Nesta visita, estiveram presentes os seguintes elementos da Comissão: eu próprio, António Machado e o Sr. José Fraga. Os restantes elementos da Comissão não estiveram presentes, mas justificaram a sua ausência. Estas visitas serviram para dar a conhecer os elementos da respectiva Comissão, observar o funcionamento das instituições e auscultar as dificuldades das mesmas. Durante a visita, acompanhados pelos representantes das mesmas, verificamos que existem boas condições, salas adequadas e com funcionalidades e equipamentos modernos. Constatamos bom profissionalismo de todos os colaboradores, onde demonstravam um extraordinário calor humano para com os utentes, em especial para aqueles com necessidades mais específicas. De louvar que nestas instituições haja uma preocupação constante com os utentes, promovendo-lhes actividades internas e externas, fazendo com que os mesmos, uns com mais, outros com menos dificuldades, se sintam úteis e aceites na sociedade. Ficamos ao corrente de alguns problemas e dificuldades que os seus representantes transmitiram,

essencialmente de ordem financeira. Como em outras áreas, a acção social não foge à regra, também ela vive momentos difíceis. É necessário que tenhamos, todos, sensibilidade, vigilância e atenção especial para todas as áreas da acção social, a nível municipal. Temos também acompanhado a actividade constante e permanente do Sr. Provedor do Idoso, Sr. Álvaro Oliveira, no nosso Concelho. Notamos que tem sido extremamente ativo, no que diz respeito ao apoio que tem dado aos idosos que o vem contactando, para os ajudar a resolver diversos problemas, tanto a nível de resolução de marcações de consultas médicas, sobretudo aqueles que ainda não possuem médico de família, como também de dificuldades a resolver, problemas com a Segurança Social no que diz respeito aos apoios que demoram demasiado tempo a serem despachados e a pressão que tem vindo a por em prática no que diz respeito à actividade que se vem desenvolvendo nos Centros de Convívio já existentes, bem como à criação de novos centros, com alguns já em fase bastante adiantada, e que serão provavelmente inaugurados ainda durante o corrente ano. Temos ainda acompanhado a actividade que os serviços sociais da Câmara Municipal vem desenvolvendo e temo-nos apercebido que tem vindo a desenvolver essa actividade com bastante aproveitamento, que vem beneficiando a população do nosso Concelho, sobretudo os mais carenciados em termos financeiros e em termos habitacionais. Tenho dito. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, Miguel Pereira.

Interveio o Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Bem, relativamente à Comissão que eu presido, durante o ano transacto, durante este período, a Comissão realmente reuniu poucas vezes, fizemos a emissão de um parecer relativamente ao Regulamento de Instalações Desportivas Municipais da Póvoa de Lanhoso, e iremos reunir dentro em breve, porque nos foi pedida a emissão de outro parecer.

Relativamente às nossas actividades, é-nos sempre um bocadinho mais difícil reunir, uma vez que, mais uma vez, temos sempre pós-laboral, é-nos difícil encontrar um horário que consigamos estar todos presentes, mas tentamos fazer sempre um esforço. Agora, Sr. Presidente, só uma sugestão: estive presente na Gala do Desporto última e, se eu não estou em erro, o Sr. Presidente faz parte; uma vez que temos uma Comissão de Educação, Desporto e Juventude, seria de bom grado, penso eu, que o júri que reúne para definir os galardões para a Gala de Desporto incluísse um membro desta Comissão. É só o que eu tenho a dizer. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao representante da Comissão Permanente de Trânsito e Toponímia.

Interveio o Secretário da Comissão Permanente de Trânsito e Toponímia, José Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Em razão de ausência justificada do ilustre Presidente desta Comissão Municipal, cabe ao ora signatário, na qualidade de Secretário da mesma, apresentar o competente Relatório Anual da Comissão Municipal Permanente de Trânsito e Toponímia, reportado à atividade desenvolvida no ano de 2019.

No ano em apreço levamos a cabo cinco reuniões: as duas ordinárias, conforme imposição regimental, e três extraordinárias, devidamente autorizadas pelo Presidente da Assembleia Municipal. Vejamos.

Nas referidas reuniões levadas a cabo, a Comissão deliberou por unanimidade emitir cinco pareceres. A saber:

- 1. Relativo ao denominado Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito da Póvoa de Lanhoso;*
- 2. Relativos a atribuição de novos topónimos:*
 - Na Freguesia de Sobradelo da Goma, com as designações ou qualificações seguintes:*
 - Denominação de “Travessa do Papagaio”, à rua entre a Rua do Papagaio e a Estrada da Brasileira;*
 - Prolongamento de topónimos para Rua de Belmonte até à Rua de Várzeas; da Travessa de Belmonte até à Rua de Belmonte; da Avenida de Várzeas até à Travessa do Outeiro; da Rua do Choto até à Rua do Alcouce.*
 - Com a designação de “Rua de Chã de Portela”, ao caminho público que tem entrada e saída na Avenida de São Bartolomeu, na Freguesia da Esperança, da referida União de Freguesias;*
 - Com a designação de “Caminho de Paredes Secas”, na Freguesia de Fontarcada, da referida União de Freguesias;*
 - Com a designação de “Travessa de Santa Bárbara”, na Freguesia de Campos, da referida União de Freguesias.*

De maior relevância, na apreciação do Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito da Póvoa de Lanhoso, realçamos que esta Comissão declarou-se favorável na generalidade ao referido projeto de Regulamento, designadamente na opinião formulada como favorável quanto aos méritos que esta iniciativa política consubstancia.

Mas, complementarmente, na especialidade, outrossim por unanimidade, esta Comissão deliberou apresentar ao Executivo Municipal, em termos consultivos, quase meia centena de recomendações ou ressalvas em relação ao Projeto.

Quanto à toponímia, em 11 de novembro comunicou-se a resolução do Presidente desta Comissão Municipal Permanente no sentido de todos os pedidos inerentes à atribuição

de toponímia deverem ser sujeitos a prévio conhecimento e despacho do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, face à constatação de diferente critério procedimental e processual em função do promotor do novo topónimo, tudo com vista do estrito cumprimento dos princípios regulamentares da AM.

Outrossim, deixamos aqui, mais uma vez reiteradamente, a recomendação no sentido de os executivos das juntas de Freguesia, ao apresentarem as propostas de atribuição de novos topónimos, as mesmas sejam acompanhadas da fundamentação quanto aos motivos de escolha e da justificação que determinaram as respetivas propostas de atribuição toponímica, registando-as documentalmente para memória futura.

Por fim, resta dizer que as competências desta Comissão Permanente são meramente consultivas e de aconselhamento nos assuntos objeto da matéria que diz respeito ao trânsito e toponímia, com natureza política.

Ou seja, no fundamental e em razão da matéria, caberá a esta Comissão acompanhar a atividade da Câmara Municipal, mas tão só e exclusivamente com motivação no âmbito da Assembleia Municipal, procurando o melhor para o nosso Concelho. Temos dito.

Paços do Concelho, 28.02.2020.

Pe' A Comissão Municipal Permanente de Trânsito e Toponímia, o Secretário."

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Presidente da Comissão Permanente de Urbanização, Edificação e Planeamento, Fátima Alves.

Interveio a Presidente da Comissão Permanente de Urbanização, Edificação e Planeamento, Fátima Alves, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

"Venho, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanização, Edificação e Planeamento, dar nota do seguinte:

Tal como referiu o colega, José Manuel, efectivamente as Comissões devem realizar 2 reuniões ordinárias por ano. Nós, no ano passado, reunimos em Abril, mas não tínhamos matéria; a única coisa que fizemos foi reagendar a próxima reunião para 24 de Setembro, a qual, por entendimento e unanimidade de todos os membros, acabou por não ser realizada, porque não fazia sentido estar a sujeitar os membros a dedicarem do seu tempo, simplesmente para abrirem e encerrar a reunião. Portanto, nós, em termos de relatório, achamos que não havia necessidade de o executar porque, efectivamente, não tínhamos matéria e apenas tenho uma sugestão a dar. Quando as Comissões existem e não representam uma valia para o Concelho e para os povoenses, nós temos que realmente pensar se elas fazem ou não sentido em existir. É tudo quanto me cumpre informar."

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que a Comissão Permanente de Ambiente apresentava relatório na próxima sessão. Deu por terminado o período de intervenção das Comissões.

Iniciou o período da ordem do dia (POD), com a leitura do **Ponto Um: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A actividade desenvolvida nos últimos meses não tem sido muito diferente da dinâmica que marca este mandato autárquico. Se analisarmos alguns indicadores que medem o desenvolvimento de um Concelho, facilmente percebemos que a Póvoa de Lanhoso atravessa uma fase muito positiva. Taxa de desemprego abaixo da média nacional; taxa de execução de fundos comunitários a mais alta do CIM do Ave e de outras; forte investimento municipal; novas medidas sociais de apoio aos jovens casais, de que é exemplo o Cresce Lanhoso; dinâmica cultural com eventos de âmbito nacional, onde destaco o concurso do Teatro; número de turistas a aumentar, como provam os registos do Castelo de Lanhoso; bolsa de estudo para os estudantes; apoio à natalidade, com o cheque para cada nascimento; apoio generalizado à actividade das associações culturais e desportivas; obras a serem executadas um pouco por todo o Concelho, promovendo a coesão do território; enfim, reconhecendo que temos mais a fazer e a melhorar. Temos de reconhecer também que a Póvoa de Lanhoso está claramente num momento de afirmação regional, mas acima de tudo estamos a trabalhar para melhorar a vida de todos os povoenses, cumprindo o que assumimos quando nos candidatamos, apesar de todas as dificuldades que nos aparecem todos os dias.

Senhores deputados, a dívida orçamental diminuiu ligeiramente, como tem subido pontualmente. Podemos concluir que ela se vai mantendo estável, numa gestão rigorosa, que apesar de querer fazer investimentos não coloca em causa o futuro das novas gerações. Obrigado a todos.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Diogo Sousa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente a este ponto da análise da actividade do município e sua situação financeira, tecemos aqui algumas considerações.

Ultrapassado o processo burocrático que já foi explicado por diversas ocasiões, vemos com satisfação que as intervenções nas freguesias avançam a bom ritmo. Estas intervenções, assumem especial importância, uma vez que os investimentos nas freguesias sempre foram uma imagem de marca dos últimos executivos camarários do PSD.

Na área da educação, destacamos as bolsas de estudo, um investimento que abrange dezenas de estudantes do ensino secundário e superior, possibilitando melhores condições e desenvolvimento dos jovens deste Concelho. Entendemos esta como sendo simultaneamente uma política de educação, acção social e de juventude, uma vez que a educação é um alicerce fundamental na sociedade que queremos no futuro.

No campo da acção social, as actividades realizadas demonstram bem o motivo pelo qual somos sucessivamente distinguidos como autarquia familiarmente responsável. Falo dos programas Naturalanhoso, apoio à compra de medicamentos, entre outros. Relativamente ao turismo e desenvolvimento económico, saudamos a Aldeia de Presépios de Garfe, a Feira de Natal do Baixo Concelho e a Aldeia de Natal da Diver Lanhoso, como os grandes embaixadores do turismo e desenvolvimento económico, no final de cada ano, eventos aos quais a Câmara não pode deixar de se associar.

No âmbito cultural, destacamos a notoriedade alcançada pelo Concurso Nacional de Teatro. É importante termos uma agenda cultural de qualidade, que não serve apenas para preencher calendário.

Na juventude e desporto, registamos com agrado a aposta na Gala do Desporto, o evento com o objectivo de reconhecer todos aqueles que durante o ano se destacam nesta área; apesar de estarmos a falar apenas da segunda edição, acreditamos que esta será cada vez mais um evento de referência.

Nota especial para o facto de sermos o Concelho que lidera a diminuição do desemprego no distrito e lidera a execução dos fundos comunitários.

Em suma, vemos um executivo preocupado em manter a identidade e as linhas orientadoras, apostando nas freguesias, na cultura, na acção social e no turismo.

Vemos um executivo empenhado em executar todos os projectos que o levaram a conquistar os povoenses. Vemos um executivo com visão estratégica e de futuro.

Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP do PS, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Neste ponto que agora analisamos, encontra-se explanado aquilo que são, para o executivo camarário, do seu ponto de vista, as áreas prioritárias de intervenção e as medidas políticas adoptadas como modelo de relacionamento entre municípios, os cidadãos e as instituições.

Ou seja, iniciativas desenvolvidas de carácter corrente do município, no âmbito das suas competências e atribuições. Assim, o PS considera-se inteirado quanto à informação prestada.

Contudo, no tocante à educação, diz-se, e passo a citar: “no dia 18 de fevereiro tivemos mais uma reunião do Conselho Municipal da Educação” – fim de citação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Sr. Vereador, o Decreto-lei n.º7/2003 prevê, no seu artigo 5.º, n.º 1, alínea p): “composição: um representante do Concelho Municipal da Juventude.”

Questiono: Quem foi ou é o representante do Conselho Municipal da Juventude da Póvoa de Lanhoso no Conselho Municipal da Educação? A última convocatória foi no dia 23/10/2018, que de lá para cá, que eu tenha conhecimento, e eu era o representante do PS, nunca mais foi convocado. Sabendo que – e foi muito valorizada aqui a participação jovem – a participação juvenil nas políticas, constitui uma prática determinante no sucesso dessas mesmas políticas e constitui-se como imperativo democrático, particularmente no quadro constitucional, volto a questionar: Quem foi ou é o representante do Conselho Municipal da Juventude da Póvoa de Lanhoso no Conselho Municipal de Educação?

Sr. Presidente, sendo extremamente directo no tocante à questão de desenvolvimento económico e turismo, qual é o impacto financeiro direto ou indireto da iniciativa Póvoa de Natal 2019? Tendo o executivo feito um balanço positivo do mesmo, Sr. Presidente, concretize, uma vez que não vale a pena, como diz, vir sempre aqui dizer “traz visitantes”. Eu penso que o Sr. Presidente sabe qual é a diferença entre trazer visitantes e turistas? Há uma grande diferença entre visitantes e turistas. Eu gostava realmente de saber, Sr. Presidente, qual é o balanço que o Presidente faz, como é que concretiza? Não pode dizer novamente que falou com os comerciantes que disseram, de boca a boca, que foi positivo. Isso não traduz realmente qual é o impacto que há, ou se não há impacto.

Depois, Sr. Presidente, o desenvolvimento económico e social atinge um momento positivo no Concelho e que temos de o valorizar e consolidar. Sr. Presidente, mais uma vez, concretize. O que é que quer dizer com o facto de o desenvolvimento económico e social atingir um o momento positivo no Concelho? Liderar a diminuição do desemprego não chega. Ficamos todos felizes. Realmente ficamos muito felizes, mas no dia 09 de Setembro passado, de 2019, o Sr. Presidente dizia que a taxa de desemprego na Póvoa de Lanhoso estava a baixar devido à criação de novas empresas no Concelho. Sr. Presidente, eu quero saber se realmente a taxa de desemprego baixou, e sabemos que sim, mas a concretização da taxa de emprego dos povoenses em postos de trabalho na Póvoa, para povoenses. Isso é o que nós também precisamos de saber, Sr. Presidente. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada Carla Santos, do GP do MAI.

Interveio a deputada Carla Santos, do GP do MAI, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente continuamos a verificar que aquilo que apresenta a esta Assembleia é muito pouco. Continuamos a ler o enunciado de atividades e ações, que mais parece o relatório de actividades de uma associação recreativa. Dou um exemplo: A educação. Reunião do Conselho Municipal de Educação. Quais foram os resultados desta reunião? Está prevista a requalificação dos transportes escolares? Quais são as linhas de actuação do plano de acção social? Que balanço foi feito? Como será feito o reordenamento da rede escolar concelhia? Qual é o impacto do plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar até ao momento? Que indicadores é que utilizam para medir o sucesso ou insucesso deste projecto? Desenvolvimento económico e turismo. Projecto ASA. Quais são os resultados deste projecto? Há criação de novas empresas do próprio emprego? Aumento de volume de negócio das empresas já existentes? Alterações organizacionais? Que números têm para apresentar a este projecto?

Dinamização cultural. Para quando uma agenda cultural?

Protecção civil. Apesar dos inúmeros apelos do MAI neste sentido, não vemos qualquer registo de atividades relativas a esta matéria. O que é que têm feito? E uma nota muito breve relativamente àquilo que é a bandeira deste relatório de atividade, nestes três meses. Diminuição do desemprego na Póvoa de Lanhoso: de facto é um indicador importante para o Concelho e não só – aliás, o Concelho da Póvoa de Lanhoso, retirando os anos da crise, sempre foi conhecido por ter uma taxa de desemprego próximo da taxa zero. Mas, tão importante como este indicador é o indicador associado à remuneração dos activos. E nós sabemos que o Concelho da Póvoa de Lanhoso, relativamente àquilo que é a NUT III AVE, está abaixo dos outros Concelhos.

Relativamente à taxa de execução dos fundos comunitários, Sr. Presidente, congratulome, apesar dos atrasos nas empreitadas dos concursos, por ter recuperado esse atraso e estar a conseguir suportar as obras em tempo útil, mas estando no quadro comunitário de apoio é suposto a taxa de execução estar perto dos 90%.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Para a reunião de Conselho Municipal de Educação, os convocados são sempre os mesmos. Não sei porque é que está a fazer essa pergunta, porque os convocados são sempre os mesmos.

A Póvoa Natal foi um êxito. E vou-vos dizer porquê: Fizemos um sorteio. Fizemos um sorteio e esse sorteio refletiu quarenta mil rifas; isso quer dizer que resultou em pleno para os comerciantes. Foi mais de um milhão de vendas em todo o comércio, pelo feedback dos próprios comerciantes.

Taxa de desemprego. Baixou. É verdade que baixou e tudo temos feito, juntamente com os industriais, para que isso aconteça. Posso dizer, sobre o que me perguntou em relação

aos trabalhadores da Póvoa de Lanhoso, que só numa firma que está sedeadada na Póvoa de Lanhoso foram criados 500 empregos, em que 400 e poucos são da Póvoa de Lanhoso. Eu estou-me a referir à Prozis. E posso dizer que foi feito com o IEFP e com a Câmara Municipal, com os recursos humanos da própria Firma, uma selecção das pessoas que estavam todas inscritas na Segurança Social e, como já disse na última reunião, foram encontrados parâmetros entre os dezoito anos e os quarenta anos, em que foram seleccionados 186 pessoas, que foram convocados para fazer testes a essa Firma, e destes 186 só 80 é que apareceram para os psicotécnicos. Isso quer dizer que perto de 100 não compareceram, mesmo que nessa carta se referisse que era para a Prozis. Além da Prozis, temos os Parques Industriais todos lotados. Isso é sinal de que a Póvoa de Lanhoso está em crescente e o trânsito que se vê na Vila também é reflexo dessa situação. Só não vê quem não quer.

Em relação aos fundos comunitários, senhora deputada, nós executámos, em 2 anos, 11 milhões 789 mil. Temos previsto, para este ano, se forem aprovados, mais 1 milhão 660 mil, além de uma ESE que está neste momento em fase de concurso; mas a justificação é que são 3 milhões de euros. Isso quer dizer que, nos últimos 2 anos, houve um crescente em termos desta natureza; em 2018, o próprio orçamento passou de 14 milhões para 21 milhões; no ano passado, a mesma coisa, e este ano, de certeza que vai ultrapassar isso tudo. Isso quer dizer que estamos a trabalhar em pleno, temos uma execução de 93%, e 93%, no Minho; a maior parte está nos 40%; isso quer dizer que há um trabalho exaustivo da Câmara Municipal. É verdade. É verdade isto. Mas reparem bem numa coisa, isso não cai do céu, isto reflete o muito trabalho que se está a fazer. Repare bem numa coisa, é um trabalho que está a ser bem feito, e estamos a aproveitar tudo em termos de candidatura e tudo o que realmente faz falta à Póvoa de Lanhoso. Temos tido técnicos competentes, dentro de portas, de tal modo que, de tudo o que submetemos, não houve uma candidatura que fosse reprovada. Isso é sinal que temos gente cá dentro que nos tem ajudado a concretizar estas situações.

Obrigado a todos.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada Carla Santos, do GP do MAI.

Interveio a deputada Carla Santos, do GP do MAI e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, eu não falei sobre isso sequer. Não fiz qualquer comentário àquilo que o Sr. Presidente está a dizer. Estamos de acordo relativamente a esse assunto. Eu fiz perguntas concretas, às quais o Sr. Presidente não respondeu, designadamente, sobre o Conselho Municipal de Educação. Quais foram os resultados desta reunião? A requalificação dos transportes escolares está prevista? Quais são as linhas de acção do plano social? Que balanço é feito? O reordenamento da rede escolar concelhia está previsto? O que é que é para fazer? O impacto do plano integrado inovador de combate

ao insucesso escolar. Que indicador utiliza para medir o impacto deste projecto, etc. etc. etc.?

O Sr. Presidente não respondeu a estas questões. Foi isto que eu perguntei.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Só para lembrar que no ano 2018 tivemos um investimento acima do normal, que são os 14 milhões de euros. Fizemos um investimento total de 6 milhões e 27 mil. No ano 2019, tivemos um investimento acima do normal que são os 14 milhões de euros, de 5 milhões 277. Temos, em relação a 2018 e a 2019, há 3 anos consecutivos – ou 2, que já fechamos o ano – que há um orçamento de 19 milhões 723 de 2019. Espero que 2020 ultrapasse este valor. Isso é sinal que realmente nós temos trabalhado em função e em benefício de todos os povoenses. Desde 2005 a 2019, conseguimos ter o menor endividamento da história. Neste momento são 6 milhões 473. Nunca, desde 2005, nunca tinha acontecido isto. Quer dizer que nós estamos a trabalhar, estamos a executar obra e, ao mesmo tempo, estamos a baixar a nossa dívida. Isto deve-se a um trabalho intensivo da Câmara Municipal. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado do GP, Miguel Pereira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, disse-me que foram convocados os de sempre para o Conselho Municipal de Educação. Desde 2018 que o Conselho Municipal da Juventude não reúne. Para mim considerado inactivo, certo? Eu só lhe fiz uma pergunta: Quem é o representante? Se há ou não há? Pode dizer: Não há porque está inactivo. Mas se há quem é o representante? Porque eu, desde 2018 que não sou convocado. Eu só quero que o Sr. Presidente responda: se há ou não há? Porque se está a comparecer, neste momento, um representante do Conselho Municipal de Juventude, então, nós não temos reunido? Não temos pelo menos recebido convocatória. E se ele está presente, não pode. É obrigatório haver 4 reuniões por ano, se eu não estou em erro. Até agora, a última foi em 2018.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada Carla Santos, do GP do MAI.

Interveio a deputada Carla Santos, do GP do MAI e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, parabéns. Estamos todos contentes com a taxa de execução e com as obras que estão a realizar. Mas agora responda-me às questões que lhe coloquei, por favor.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:
“Continuo a responder que foram convocadas todas as pessoas que fazem parte do Conselho. Obrigado.”

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa, João Duque, deu início ao **Ponto Dois: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório sobre o estado de ordenamento do território (REOT) da Póvoa de Lanhoso**. Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Neste ponto número dois, debatemos aqui o relatório sobre o estado e ordenamento do território, sendo este um documento que responde às disposições legais previstas na lei de bases da política de ordenamento do território e urbanismo e ainda ao regime jurídico e dos instrumentos de gestão territorial.

Deste modo, este documento tem como base e objetivos fazer aqui o balanço de execução de programas dos planos territoriais, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão. É com base neste documento que iniciamos agora, também na Assembleia Municipal, a revisão do regulamento municipal do PDM. Como nós sabemos, este é um documento que deve ser revisto de 5 em 5 anos. O último foi aprovado em junho de 2015, tinha inicialmente a data de junho de 2020 para ser revisto; contudo, com o prolongamento que foi concedido pelo Estado, temos até junho de 2021 para terminar este processo. Este documento visa fazer uma análise daquilo que foi o ordenamento do território, desde o ano 2015 até ao presente. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“O estado do ordenamento do território da Póvoa de Lanhoso. Este é o título do documento análise. Trata-se, pois, de um documento fundamental para quem tem que definir linhas estratégicas e estabelecer políticas públicas de desenvolvimento. Caracteriza e identifica os problemas do Concelho da Póvoa de Lanhoso, para os quais o MAI tem vindo sistematicamente a alertar esta Assembleia: a) contínuo decréscimo da população residente; b) envelhecimento generalizado da população residente; c) decréscimo da taxa de natalidade; d) contínuo despovoamento das áreas rurais, freguesias a Norte e Este; e) taxa de actividade inferior ao registado no contexto regional e sub-regional; f) vasta área ardida no Concelho; g) desequilíbrios na dotação do investimento, com eventuais repercussões na coesão territorial; etc., etc., etc.

O documento identifica também oportunidades: a) aposta em actividades de desenvolvimento e inovação com o intuito de atrair empresas e gerar postos de trabalho; b) crescimento de padrões de consumo que privilegiam os destinos turísticos que ofereçam experiências com o grau de autenticidade elevado e qualidade ambiental, cultura, natureza e património; c) existência de oportunidades de financiamento, como é exemplo o actual quadro comunitário de apoio, que podem assumir o papel de motor de desenvolvimento do Concelho; etc., etc., etc.

Neste contexto, Sr. Presidente, qual é o impacto? Que impacto tem este documento na estratégia da Câmara Municipal? O que tem a dizer face à taxa de execução apresentada? Relembro que das 59 acções previstas, só 17 é que se encontram no estado realizada ou em execução, o que corresponde a uma taxa de execução de 28.8%. Sr. Presidente, que importância tem este documento para o Sr. Presidente da Câmara? E da leitura do mesmo que conclusões é que tirou? Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente a este relatório, é um documento que, antes mesmo de ser colocado a discussão pública, foi discutido em reunião de câmara. Os vereadores do PS tiveram a oportunidade de fazer sugestões, de dar os seus contributos; em discussão pública foram dados também contributos, e estes contributos foram vertidos no documento e, portanto, estamos inteiramente de acordo com o documento e votaremos favoravelmente.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada do DP do PSD, Fátima Alves, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Efetivamente houve aspetos – e estão vertidos no documento, como tinham que estar – que não vão ao encontro do desejado. No entanto, existem também vários que demonstram que também existe muita coisa de bom, nomeadamente, temos a redução da taxa do analfabetismo, temos a redução da taxa de desemprego, temos o acréscimo do número de empresas, temos a evolução notória do volume de negócios dessas mesmas empresas, temos o aumento da oferta turística. Tudo isto, aspetos positivos que também existem e estão vertidos no documento. Sabemos efectivamente que este documento pretende fazer a análise destes quatro anos da revisão do PDM, e que o mesmo visava a melhoria das condições de urbanidade. Efectivamente estão melhoradas. Temos também a requalificação ambiental e paisagística, temos vários exemplos ao nível do Concelho que demonstram que realmente está a ser intervencionada a requalificação do Concelho. A estrutura espacial do território, aos poucos, vai-se organizando, isto não é algo que se faça em 6 meses. Não é nada que se faça num ano. Portanto, isto é um processo gradual; também e não menos importante, focar aqui o aspeto que alarma na parte final do relatório. A parte final do relatório tem uns vermelhos e verdes. E o que é que salta mais à vista? Efectivamente são os vermelhos. Vermelho porquê? Porque estão 42 pontos referenciados e só 17 estão a verde. Porém, é importante dar aqui nota que 11 destes 42 pontos são referentes a unidades operativas de gestão. Unidades operativas de gestão que só podem ser operacionalizadas quando os proprietários desencadeiam essas funções; portanto, nós não podemos imputar ao município responsabilidades pelas 11 unidades operativas de gestão não terem sido operacionalizadas até ao momento.

Por outro lado, existem algumas gralhas naturais num documento desta extensão e que se revelam nestes vermelhos e verdes; se nós estivermos atentos, pelo menos 3 dos vermelhos, extraíndo já as unidades operativas de gestão, estão realizados à data, portanto, nós temos mais de 50%, direi mesmo mais de 60% ou 65% executados; isto referindo, já, 11 unidades operativas que nem deveriam estar balanceadas na mesma posição. Por outro lado, é também importante ter em consideração, neste documento, que ele se refere a meio de um mandato. Portanto, meus senhores, parte disto ainda está em execução e ainda está a ser apresentado para candidatura.

Portanto, face a esta realidade, nós, bancada parlamentar do PSD, somos totalmente favoráveis à aprovação. Damos nota de que, em termos de redação do documento, chocam estes vermelhos e verdes, efectivamente, mas nós temos que olhar para eles com a clareza que os mesmos devem transmitir e não olhar apenas por termos 17 pontos de 42, quando isto não é a realidade. Se a farsquia do Município tivesse sido bastante inferior, quanto às metas, e se nós apresentássemos aqui tudo concluído, estávamos no fundo bem cotados. Como a ambição foi bastante e a percentagem ainda não atingiu os

padrões que todos nós gostaríamos, temos a sensação de missão incumprida, mas muitas das vezes isso não reflecte a realidade.

É tudo quanto me cumpre informar.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“De facto, em primeiro lugar há que dizer que este documento é baseado em dados, muitos deles documentos do INE, e a evolução da população reporta aos anos de 2001 a 2011, visto que são os anos dos Censos. Quanto à conclusão do documento, eu fui uma das pessoas que me debati para que existisse aqui uma tabela amarela, entre a vermelha e a verde.

Contudo, nós temos aqui vários elementos que estão parcialmente realizados, muito embora estejam como não realizados. Isto são também factores meramente indicativos. Se foram balizados na última execução do PDM vão sendo feitos passo a passo; alguns estão previstos fazer-se ainda neste mandato, até à revisão do PDM. Contudo, isto são factores meramente indicativos. A ressalva é que, e como conclusão, o documento traz-nos boas perspectivas para aquilo que vai ser o futuro da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente aquilo que toca à revisão do Plano Director Municipal. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“Eu gostava de ouvir a opinião do Sr. Presidente, relativamente a este documento, como pedi. Mas relativamente à informação que o Sr. Vereador deu, os dados dos Censos de 2011 foram utilizados quando não havia informação mais recente; a maior parte dos indicadores demográficos têm informação mais recente e foi utilizada neste exercício.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues e, no uso da palavra, referiu:

“Os dados que dependem dos Censos, e era a isso que eu me estava a referir, e que se baseiam em comparações dos Censos que temos actualmente com os Censos de 2001 – e há vários exemplos no documento, basta folheá-lo. O quadro 17 é um exemplo, mas existem mais; portanto, acho que não há nada a acrescentar ao que a senhora deputada disse.”

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do relatório sobre o estado de ordenamento do território (REOT) da Póvoa de Lanhoso.

O Presidente da Mesa, João Duque deu início ao **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento público estratégico da edificação de um equipamento social destinado a estabelecimento residencial para pessoas idosas, ERPI, centro de dia e Serviços de Apoio Domiciliário — SAD, na freguesia de Geraz do Minho — Póvoa de Lanhoso**. Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A declaração de interesse público estratégico deste equipamento social julgamos ser consensual, e por esse motivo não carece de grande discussão. Mas, nesta oportunidade, não podia deixar de fazer uma referência ao documento significativo da oferta destes equipamentos sociais. É um sinal dos tempos em que vivemos, mas é também um indicador do crescimento deste sector económico, que ganha cada vez mais peso. Hoje temos 7 projectos para equipamentos sociais em análise, na autarquia, e que sendo aprovada vão gerar muitos empregos. O sector social tem estas duas dimensões: Ser fundamental para os cidadãos, como resposta às suas necessidades e, por outro lado, ser uma alavanca para a economia local. O mais importante para nós é termos um Concelho com respostas sociais essencialmente para os povoenses mais necessitados. Este projecto tem essa componente, pois 50% das camas são para utentes da rede da Segurança Social. Está de parabéns a Associação em Diálogo pela sua coragem em avançar com este projecto. Obrigado.”

O Presidente da Mesa João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado do GP do PSD, José Fraga, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente ao ponto em análise, proposta da Câmara Municipal para reconhecimento estratégico de edificação de equipamento social destinado a estabelecimento residencial para pessoas idosas, centro de dia e apoio domiciliário, como representante da bancada do PSD estamos devidamente esclarecidos, mediante a informação que nos foi apresentada.

É uma mais-valia para o Baixo Concelho, que ainda não possui uma resposta social capaz de satisfazer todas as necessidades da população mais vulnerável. Para além disso, demonstra que a equipa de trabalho da acção social da Câmara Municipal está atenta às reais necessidades da população e do Concelho.

Louvamos todos aqueles que fazem parte desta iniciativa. Esperamos que este investimento seja um sucesso e, acima de tudo, seja um trampolim para novas iniciativas, novos investimentos, novas oportunidades e criação de postos de trabalho. Votaremos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Afonso.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Afonso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Relativamente a este ponto, para além do que já foi dito, não haverá muito mais a dizer, de maneira que o GP do MAI louva e louvará sempre este tipo de iniciativas e de projectos de cariz social, que ainda para mais, para além de potenciar um aumento da resposta social no Concelho potenciam também aumenta do número de postos de trabalho. Como tal, votará favoravelmente a proposta.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Clarisse Matos.

Interveio a deputada do GP do PS, Clarisse Matos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A bancada do PS vota favoravelmente a proposta; de salientar que é um projecto que ajudará a colmatar o défice de oferta na Póvoa de Lanhoso, nomeadamente no Baixo Concelho, para este tipo de prestação de serviço social.

Trata-se do aproveitamento de um espaço que até agora esteve destinado à prática desportiva, que em boa hora a Junta de Freguesia de Geraz do Minho decidiu reorientar, para assim dar apoio a uma iniciativa de uma IPSS que merece o nosso reconhecimento pela visão estratégica que teve e que ajudará certamente muitas pessoas daquela zona do nosso Concelho. É importante realçar a cooperação entre a Associação Em Diálogo, a Junta de Freguesia de Geraz do Minho e, nesta segunda fase, a Câmara Municipal. Todas as partes envolvidas colocaram o interesse da população no centro das decisões que tomaram, o que se espera que tenha bons resultados a médio prazo, quando os povoenses puderem beneficiar desta nova valência.”

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos, e informou que se ia ausentar da sala, por pertencer aos órgãos da Associação Em Diálogo.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento público estratégico da edificação de um equipamento social destinado a estabelecimento residencial para pessoas idosas,

ERPI, centro de dia e Serviços de Apoio Domiciliário — SAD, na freguesia de Geraz do Minho — Póvoa de Lanhoso.

O Presidente da Mesa, João Duque, deu início ao **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para integração em domínio público de área doada, sita em Galegos nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Este ponto quatro visa apenas a alteração, para a passagem de uma parcela de terreno, que já foi doada em tempos à Câmara Municipal, para que ela conste no domínio público municipal. É um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela nossa equipa de património, que tem vindo a regularizar muitas situações. Esta é uma delas. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

“Interveio o deputado do GP do PSD, José Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A bancada do Partido Social Democrata votará favoravelmente esta proposta. Estamos esclarecidos pela apresentação feita aqui pelo Sr. Vereador. Trata-se também de um assunto bastante simples: foi a doação de uma parcela de terreno, que vai agora integrar o domínio público do Município.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Elisabete Cunha.

Interveio a deputada do GP do PS, Elisabete Cunha, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A bancada do PS considera-se inteirada relativamente a este ponto e, concordando com o mesmo, votará favoravelmente.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“O GP do MAI votará favoravelmente esta proposta. Obrigada.”

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para integração em domínio público de área doada, sita em Galegos nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, José Ângelo Faria.

Interveio o deputado do GP do PS, José Ângelo Faria e, no uso da palavra, referiu:

“Era apenas para uma questão que tem a ver com o facto de, e isso já aconteceu outras vezes, a senhora deputada se ter ausentado, pelas razões que apresentou, e quando fazemos a leitura de que foi aprovado por unanimidade, isso não é exactamente correto, uma vez que há um deputado que não está presente, mas que consta nos elementos que faziam parte da sessão da Assembleia de hoje. Julgo que era importante corrigir isso, porque se fizermos essa leitura, mais tarde, a senhora deputada terá votado a favor. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, referiu:

A interpretação é que se regista a ausência, mas é unanimidade dos votantes. Continua a ser unanimidade.

O deputado do GP do PS, José Ângelo Faria, referiu:

“Sim, mas eu queria apenas corrigir este aspecto dos presentes, uma vez que não foi referido que ela se ausentou; seria de todos os membros que estão presentes na Assembleia e que assinaram a presença. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, referiu:

“É uma questão de, na ata, colocar que se ausentou.”

O Presidente da Mesa, João Duque, deu início ao **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para desafetação do domínio público para o domínio privativo de área cedida no âmbito de uma operação de loteamento (8/96), nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** Concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador, André Rodrigues, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Este ponto cinco, sendo parecido com aquilo que o antecedeu, temos apenas duas considerações a tecer:

Em primeiro lugar, isto foi uma área que foi cedida ao domínio público, por parte de uma operação de loteamento e este terreno é onde está instalado, neste momento, o edifício

antigo da EPAVE, parcela essa que se propõe agora passar para domínio privativo municipal. Como falei há bocadinho, o trabalho tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão do Património. Estamos a tentar regularizar o máximo de casos possíveis. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Silva.

Interveio o deputado do GP do PSD, José Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Sr. Presidente, mais uma vez, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes. A bancada do PSD está inteirada e votará favoravelmente esta proposta.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Pedro Afonso.

Interveio o deputado do GP do MAI, Pedro Afonso e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente a bancada parlamentar do MAI votará também favoravelmente esta proposta. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Também a bancada do PS votará favoravelmente esta proposta.”

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para desafetação do domínio público para o domínio privativo de área cedida no âmbito de uma operação de loteamento (8/96), nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal, João Duque, colocou à votação a aprovação da minuta da ata da sessão da Assembleia e informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Deu por terminada a sessão.